

Parlamento Europeu pede fim de financiamentos para a Vale

Maria Luiza Jacobson

BRASILIA — Numa resolução tomada no dia 16 de março, mas só agora divulgada, o Parlamento Europeu recomendou aos países membros da Comunidade Econômica Européia a suspensão de um financiamento de US\$ 600 milhões, ao Projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, sob a alegação de que não estão sendo respeitadas as cláusulas de proteção ambiental, e que a destruição de enormes áreas da floresta tropical úmida, para produção de carvão vegetal, repercute no clima mundial e provoca o aquecimento da Terra.

Irritado com as pressões internacionais sobre a Amazônia, "cada vez mais abusadas", na opinião de um alto funcionário do governo, o presidente Sarney tomou a iniciativa de convocar os presidentes dos países amazônicos — Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Ve-

nezuela, Suriname e Guiana — para uma reunião em Manaus, no próximo dia 6 de maio. A questão ecológica será o único item da pauta.

Segundo uma fonte do governo, o Parlamento Europeu cometeu um equívoco, referindo-se, em sua resolução, ao "Projeto Grande Carajás", confundindo o Projeto Carajás, da Vale do Rio Doce, com o Programa Grande Carajás, da Seplan, um programa de incentivos fiscais para o desenvolvimento da região norte do país, e que não recebeu financiamento da CEE. O Projeto Carajás consta apenas das minas, de onde é extraído o minério de ferro, exportado para 45 países, de uma estrada de ferro, e de um porto, em São Luís (MA). A Vale não fabrica ferro-gusa, e não utiliza carvão vegetal. O Parlamento Europeu errou o alvo ao impor sanções à Vale do Rio Doce, disse o funcionário do governo.

Organismos financeiros internacionais têm condicionado a liberação de

novos empréstimos ao Brasil à elaboração de programas de proteção à ecologia.

A posição brasileira, reiterada pelo presidente Sarney em várias ocasiões, é de que o país está consciente da gravidade dos problemas ambientais e não pretende poupar esforços para conciliar seus imperativos de desenvolvimento econômico e social com os objetivos de proteção do meio ambiente. Mas não abrirá mão do desenvolvimento.

O presidente da Vale do Rio Doce, Agripino Abranches Viana, não quis comentar a decisão do Parlamento Europeu. Disse apenas que os recursos que a Vale tinha a receber da Comunidade Econômica Européia já foram recebidos. De fato, segundo uma fonte da empresa, a Vale tinha um contrato de fornecimento de minério de ferro, com pagamento antecipado, no valor de 600 milhões de dólares. Destes, só utilizou 257 milhões — pagos em minério — e devolveu o restante.

CEE diz que foi um "mal-entendido"

"Tudo não passou de um grande mal-entendido por parte dos nossos parlamentares" afirmou ontem, em Brasília, um representante da Delegação da Comissão da Comunidade Européia, sobre a decisão do Parlamento Europeu de suspender os pagamentos restantes à Vale do Rio Doce para o Projeto Carajás. "A CEE não tem nenhum saldo para repassar à Vale do Rio Doce", afirmou.

O representante da CEE explicou que, em 1982, a Vale assinou com a Comissão Européia do Carvão e do Aço (Ceça) um contrato de antecipação de entrega de minério de ferro, no valor de US\$ 600 milhões. Desse total, a Vale utilizou apenas US\$ 257 milhões, já totalmente reembolsados mediante a entrega do minério. O restante, não tendo sido utilizado, foi automaticamente cancelado, não havendo, portanto, pagamentos passíveis de serem suspensos.

O Parlamento Europeu foi criado em 1951 e é integrado por representantes dos 12 países da CEE (Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Por-

tugal), eleitos com essa finalidade. É consultado sobre todas as decisões que têm que ser tomadas pela Comunidade, exerce um controle político, e serve de intermediário diplomático nas relações entre a CEE e os parlamentares de outros países. A sede fica em Estrasburgo, na França, e suas resoluções não têm poder coercitivo, apenas indicativo.

Pedidos insistentes — A resolução do dia 16 de março fala sobre a destruição da Amazônia, "que se dá a passos gigantes", e a grande importância dessa área em relação ao clima mundial e ao aquecimento da Terra; relembra uma resolução anterior do próprio Parlamento, com pedidos insistentes pela proteção das florestas tropicais úmidas, e a ajuda de US\$ 600 milhões aprovada pela CEE para o projeto Grande Carajás (sic), com a determinação de que não poderia ser causado nenhum dano ao meio ambiente nem à população indígena. Segundo a resolução, isso é o que tem acontecido, "principalmente devido à exploração de madeira para a produção de carvão vegetal, ao longo da

linha ferroviária de Carajás até o Atlântico, causa de destruição de imensas áreas tropicais". Lembrando que o projeto está diretamente relacionado com a construção da linha férrea, "construída com o dinheiro da CEE", o documento faz referência às recentes pressões impostas ao Brasil "pelo Banco Mundial, pelo presidente dos EUA, sr. Bush, e pelos bancos privados japoneses", com o objetivo de impedir os projetos de grande vulto na região, e decide "suspender imediatamente os pagamentos restantes correspondentes à ajuda ao projeto Grande Carajás por parte da CEE, e levar essa decisão ao conhecimento das autoridades brasileiras, do Banco Mundial, do FMI, e da Comissão da ONU para o Meio Ambiente.

A dúvida do representante da CEE em Brasília é se a decisão do Parlamento afetará o convênio assinado entre a CEE e o Banco Mundial em setembro último, destinado a financiar o estudo de energias alternativas para a área do Programa Grande Carajás, no valor de US\$ 100 mil. (M.L.J.)

Italiano vê hipocrisia nos ricos

Araújo Netto
Correspondente

ROMA — Com um artigo que acusa e menospreza a sensibilidade e a angústia que as potências industrializadas de repente passaram a demonstrar pela sorte da Amazônia, Vittorio Zucconi, um dos melhores jornalistas italianos, correspondente em Nova Iorque do *La Repubblica*, de Roma, propôs novos temas e um novo enfoque para a informação e a análise do caso Amazônia.

Entre indignado e irônico diante da exibição de hipocrisia a que vem

assistindo na polémica internacional sobre a Amazônia, Zucconi, no artigo publicado na primeira página da edição de domingo de *La Repubblica*, intitulado *A consciência suja dos povos ricos*, escreve: "Depois de termos poluído o poluível, depois de termos transformado as sobreviventes florestas européias em áreas de descarga de ácidos e as águas do Mediterrâneo em esgotos, depois de termos perfurado com golpes de tubo de spray a camada de ozônio da Terra e de termos dado ao resto do mundo as primeiras robustas doses de radiação entre Hiroshima e Chernobyl, nós, povos ricos, protegemos um pedaço de floresta amazônica, negando os fundos do Banco Mundial para as novas barragens no Brasil. Não somos assim tão maus, nós povos ricos. No 10º aniversário do acidente nuclear de Three Mile Island, nos Estados Unidos, enquanto onze mil focas e um número incalculável de baleias, salmões e pa-

tos sufocam lentamente em 44 milhões de litros de óleo perdidos pela Exxon no Alasca também para nos permitir um próximo tanque cheio de gasolina, o stop ordenado aos tratores na floresta brasileira é um reconstituente moral", escreve Zucconi.

Ridicularizando especialmente as iniciativas e críticas italianas à inoperância dos governos brasileiros, Zucconi recorda que em Roma não se conseguiu tornar respirável o ar da via del Corso, principal artéria do centro comercial da capital italiana, nem evitar que Milão dispute o título de cidade mais fedorenta com a capital mexicana.

Com muito realismo, porém, o jornalista italiano não atribui maior importância às suspeitas reações patrióticas do governo brasileiro. Isto porque, na opinião de Vittorio Zucconi, "as indignações nacionalistas dos seus governantes (do Brasil) valem como suas promissórias: zero".